



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 78

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 29-09-2004

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, Maria Isabel Almeida Velada, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Vítor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel Santos Salavessa, Élio Manuel Delgado da Maia, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

José da Cruz Costa, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Manuel Júlio Braga Alves, Liz Miguel Marques da Silva, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues. Pelas 23:10 horas, entrou na sala o Vereador Ângelo Pereira Pires.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Paulo Jorge Teixeira de Jesus, pelos sucedâneos António Fernando Ribeiro Martins e Maria Ivone Moreira Silvério Abreu Lopes, respectivamente. O primeiro sucedâneo Nuno Rosa da Silva Barata apresentou escusa.

Deu ainda conhecimento, que o deputado municipal Paulo Jorge Teixeira de Jesus apresentou suspensão de mandato de 20/09/2004 até 29/11/2004 por motivo de estar ausente do país e que o deputado Vítor Manuel dos Santos Marques reassumiu funções a partir 02/08/2004.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a “Comissão municipal para concessão das autorizações de instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio” (cfr. Lei n.º 12/2004, de 30 de Março).

Ponto 3. – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2005;

Ponto 4. – Derrama para o ano 2005;

Ponto 5. – Taxa relativa à Ficha Técnica de Habitação;

Ponto 6. – Taxa municipal do Direito de Passagem;

Ponto 7. – Empresa Municipal de Mobilidade – criação;

Ponto 8. – Associação de Municípios do Carvoeiro – revisão dos estatutos.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 76 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 77 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e uma abstenção.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra António Augusto Pires da Conceição, representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), que veio informar a Assembleia Municipal da posição assumida pelos trabalhadores dos STUA sobre a integração dos Serviços numa empresa municipal de mobilidade.

De seguida usou da palavra o munícipe José Alberto Fonseca, para questionar a Câmara sobre o projecto colocado a concurso para iniciar os trabalhos de abertura da avenida entre a Igreja da Freguesia de Santa Joana e EN109.

(Entrou na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra aos membros da Assembleia que o solicitaram.

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP) - *“Apresentou uma proposta relativa à alteração da Ordem do Dia, passando o ponto 7. (Empresa Municipal de Mobilidade – Criação) para o ponto 2.”*

Colocada à votação foi a mesma rejeitada.

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

A

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A minha intervenção vai ser muito breve e reside apenas numa questão que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara na sequência da lamentável destruição de mais um edifício Arte-Nova da cidade de Aveiro (enquanto grande parte dos munícipes estavam distraídos com o calor dos tempos de veraneio), assunto que julgo será desenvolvido por um colega de bancada. E, talvez por receio de que outras intervenções destas ocorram, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente: o que aconteceu às pirâmides do Canal das Pirâmides, que há cerca de uma semana não estão no devido lugar?”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de apresentar dois assuntos. Um deles, aliás, penso que outrem mais habilitado do que eu não deixará de falar (não sei se se inscreveu ou não, mas se não o fez fá-lo-á na sequência desta intervenção), refiro-me obviamente ao Senhor Presidente da Junta de Requeixo. É a questão da denúncia da situação escandalosa de abandono a que tem estado votada a Pateira de Fermentelos — a Pateira de Requeixo. Obviamente que é algo que não pode deixar de envergonhar o Poder Central, a total incúria que há anos vem ocorrendo e que está de facto a atingir uma proporção não direi irreversível porque felizmente a natureza têm-nos dado mostras de situações que noutros locais que julgávamos verdadeiramente irrecuperáveis e que acabaram por felizmente não o ser. Mas de qualquer maneira actualmente apresenta um aspecto verdadeiramente degradante de abandono, quando em tempos, e designadamente nos tempos em que foi ministro do ambiente um candidato apoiado pelo meu camarada Raúl Martins, houve manifestamente a expressão de uma vontade política de resolução daquele problema, quando foi confiado expressamente a uma sociedade de capitais públicos sedeadada em Aveiro a responsabilidade de tratar a Pateira de Requeixo. Estranhamente, até hoje, não foi feito!? E isso não pode continuar a ocorrer com o silêncio dos órgãos municipais aveirenses. E portanto, Senhor Presidente, aquilo que eu lhe pergunto é: que respostas tem tido para os apelos que seguramente não tem deixado de fazer relativamente a uma intervenção urgente na Pateira de Requeixo? Segunda questão. Senhor Presidente, vejo com algum desagrado aquilo que me parece não poder deixar de ser uma incoerência no exercício da questão da mobilidade e das acessibilidades, mas sobretudo problemas de mobilidade de cidadãos deficientes em Aveiro. A Câmara Municipal não pode ufanar-se de propalar uma política no que diz respeito às obras públicas, de revisão de problemas de cidadãos com mobilidade, portanto,

que é louvável, obviamente, que as obras que a Câmara tem feito (e tem-no feito, há que reconhecer), as obras públicas têm tido a preocupação de uma forma generalizada (não direi todas), de prever a situação dos cidadãos com problemas com a mobilidade, mas não pode ao mesmo tempo licenciar as obras particulares completamente adversas a cidadãos com problemas de mobilidade. A Câmara tem funções licenciadoras e é completamente indiferente a essas situações. Estou-me a referir concretamente (por razões pessoais passei a ter recentemente um cuidado mais especial com estas questões), vejo prédios, nomeadamente em zonas de construção recentíssima de Aveiro, designadamente no Bairro de Sá-Barrocas, em que por exemplo, um prédio que ainda está em construção, em fase final, em que para se aceder à porta de entrada do edifício um cidadão tem que subir dez degraus! Isto para um cidadão com dificuldades, ou basta alguém daquele prédio sofrer um acidente e passar a usar uma cadeira de rodas, ou qualquer outro acidente menos gravoso, é um tormento para se aceder ao primeiro patamar do prédio (desconheço lá dentro quantos degraus terá eventualmente que subir para chegar ao elevador). Eu penso que os Serviços não têm tido essa atenção e é de facto um problema que se afigura verdadeiramente insustentável de manter e, portanto, aquilo que eu peço, aliás, exijo, enquanto autarca desta câmara, é que também no plano das obras particulares tenha em atenção os problemas dos cidadãos com dificuldades de mobilidade — e seguramente eu penso que não deixará de ter.

E pergunto, já agora, finalizando, se está prevista ou não a apresentação de um instrumento que está previsto na lei, que é o regulamento municipal de obras particulares — onde designadamente todos estes tipos de situações poderiam e deveriam estar acauteladas, sendo certo que o RGEU de tão lato que é, não prevê um série de situações, designadamente esta, que não presidia ao espírito da lei à data da sua elaboração.”

Vogal António Salavessa (PCP)

B

Vogal Jaime Vinagre (PS)

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“É com imensa mágoa que lhe dirijo estas palavras em nome da população de Sta. Joana que, como bem sabe e já o disse em público por diversas vezes, tão bem o soube receber e ao restante executivo sempre que se deslocaram à nossa freguesia. Faço-o com a frontalidade de quem representa a freguesia de Sta. Joana há 19 anos e em quem a população continua a confiar os seus destinos e o seu desenvolvimento.

Este desenvolvimento, porém, tem sido de alguns anos a esta parte condicionado, atrofiado, esquecido e até mesmo menosprezado por V. Ex.a em favor de outras obras de fachada que diariamente enchem as páginas dos jornais mas que não passam, entre outras formas de distração, de aberturas sucessivas de concursos que raramente acabam concretizados em obra.

Relativamente a Sta. Joana, já não adianta falar nas estradas do 3º mundo que possuímos, como já alguém escreveu a tinta branca nas mesmas, nem naquelas ruas que aparecem na revista municipal como tendo sido asfaltadas e que nem sequer pertencem à nossa freguesia, tal é a vontade de mostrar obra feita, nem na Escola da Presa que continua a funcionar dentro de um contentor, apesar de ter sido notícia de 1ª página a construção de uma escola nova, nem na cantina da Escola do Solposto, há 6 anos prevista nos planos municipais, nem no saneamento que continua por concluir, nem na falta de acompanhamento que V. Ex.a tem demonstrado na realização de obras como a construção do ICI, que tantos prejuízos tem trazido à população de Sta. Joana motivando inclusivamente o atraso na sua inauguração, nem em todas as outras promessas feitas há

anos em Presidências Abertas e Capitais de Concelho e que continuam por executar.

Venho falar-lhe apenas de 2 obras fulcrais para o desenvolvimento de Sta. Joana que não tem merecido da sua parte, e no nosso entender enquanto Junta de Freguesia, a devida atenção e vontade de resolução consensual - Unidade de Saúde de seta. Joana e a futura avenida de ligação de S ta. Joana à EN 109.

A Unidade de Saúde de Santa Joana, há 4 anos em construção volta uma vez mais a parar por falta de cumprimento das obrigações da CMA. A empresa responsável pela construção desta 2.ª fase, Casimiro e Ferreira, Lda., abandonou a obra a 14 Julho de 2004 por falta de pagamento da CMA dos autos a partir do mês de Março. A Junta de Freguesia tudo tem feito para evitar que a obra pare:

1. No diálogo com a CMA para a realização do auto de consignação, uma vez que este município nunca respondeu às solicitações da empresa - o que levou 9 meses a ser conseguido (Fevereiro a Novembro 2003);

2. No diálogo com a empresa no sentido de a convencer a avançar com a obra, uma vez que esta não possuía e continua a não possuir confiança na CMA, o que já motivou inclusivamente o envio de um ofício a esta AM a solicitar o cancelamento do contrato;

3. Nos contactos com a ARS no sentido de conseguir a credibilidade financeira necessária para a empresa continuar a obra.

Após todos estes pequenos passos, conseguidos apenas pela força de vontade e insistência da Junta de Freguesia de Santa Joana sempre com a empresa, reinicia a obra em Janeiro de 2004 sob o compromisso do Sr. Presidente da CMA, perante a Junta de Freguesia, a empresa e a ARS, em não falhar no pagamento dos autos.

Uma vez mais o Sr. Presidente não cumpre o prometido e a empresa abandona a obra. A Junta de Freguesia volta a ser ela a conseguir, junto da ARS, que se efectue o pagamento em dívida. No entanto, a falta de confiança no município aveirense é tal que o gerente da empresa em causa se mostra irredutível na decisão de abandonar a construção da Unidade de Saúde de Santa Joana.

A Junta de Freguesia tudo fez para tentar resolver diplomaticamente este assunto, na esperança de conseguir apenas o que nos interessa que é a obra feita, mas foi o próprio construtor a vir para os meios de comunicação social informando dos porquês da sua atitude. A Junta de Freguesia sentiu-se na obrigação de esclarecer a população, e todos aqueles que diariamente nos questionam sobre a obra em causa, de todos os acontecimentos ocorridos para que não reste dúvidas que a CMA é a única responsável pela demora na execução da Unidade de Saúde de Sta. Joana.

Uma vez mais o desenvolvimento de Sta. Joana é posto em causa pela má gestão e pelas prioridades de V. Ex.ª. Lamentamos que a população continue sem poder usufruir um espaço condigno e mais que necessário às carências da freguesia e que se continue a fazer obras às prestações com todos os prejuízos financeiros que tal gestão acarreta a um município que todos sabemos estar endividado.

No que diz respeito à futura avenida de S ta. Joana, uma vez mais esta Junta de Freguesia se vê confrontada com decisões deste município que, não respeitando a opinião popular nem cumprindo as promessas anteriormente feitas, demonstram a forma ditatorial com que o Sr. Presidente da Câmara se habituou a lidar com todos os assuntos que, de alguma forma, se apresentam polémicos. Não lhe interessam nem a opinião popular nem as preocupações manifestadas por quem vê em risco sonhos de vidas inteiras. Para V. Ex.ª o planeamento deve ser feito a qualquer custo, prevalecendo sobre todo e qualquer interesse e legitimidade social.

E sabido que em Sta. Joana ninguém é contra a construção deste eixo rodoviário, e muito menos a Junta de Freguesia. É no entanto também do conhecimento público, que para a Junta de Freguesia e para a comunidade de Santa Joana a conclusão do Eixo Estruturante

é muito mais relevante, do que a Avenida em causa, uma vez que este Eixo Rodoviário possibilita, este sim, o ordenamento de todo o tráfego rodoviário da Freguesia. Relativamente a estas duas obras, a Junta de Freguesia não pactua com falsas verdades e imagens vãs, recorrentes nos discursos do Sr. Presidente, e que só servem para iludir os que se permitem discordar das suas opiniões.

Tal como já nos vem habituando, o que diz hoje, disfarça amanhã para acabar por não o fazer no futuro. Em Assembleia de Freguesia, perante cerca de meio milhar de pessoas, o Sr. Presidente, teimosamente defendendo o seu ponto de vista contra tudo e contra todos e contra todas as alternativas apresentadas, afirmou que todo este processo ainda seria objecto de discussão pública aquando da discussão do PU. Mais uma vez o Sr. disfarça esta meia verdade lançando a obra a concurso público antes de ser objecto de discussão pública.

E por falar em concurso público, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente afinal qual é o estudo que foi posto a concurso. É que segundo as suas próprias palavras, na última reunião tida com esta Junta de Freguesia e com a comissão dos moradores afectados pela construção desta avenida, o projecto então apresentado seria ainda alvo de alguns retoques devido a sugestões surgidas nessa mesma reunião.

Vimos a saber pela comunicação social que a avenida já tinha sido colocada a concurso público. Mais uma clara demonstração da sua falta de cordialidade e de que não está interessado no diálogo e em fazer as coisas conforme combinado!

Não sabemos assim se o que foi colocado a concurso público foi o que já existia ou se realmente foram feitos os retoques sugeridos. E se realmente foram feitos, não teria sido de bom-tom mostrá-los a quem os sugeriu!?

Já por diversas vezes o Sr. Presidente afirmou que a freguesia de Sta. Joana é uma freguesia confusa, mas quer-nos parecer que quem a torna confusa, e não me refiro a nível rodoviário, é o Sr. Presidente.

A existência de vários estudos, as promessas que não se cumprem, as alterações que se fazem, os avanços e recuos nos pareceres obtidos e nas decisões tomadas, o passar constantemente por cima da opinião popular e da Junta de Freguesia são demonstrações claras de quem torna a freguesia confusa.

Por certo V. Ex.^a dirá que sempre dialogou com toda agente informando dos procedimentos e dos porquês da sua escolha pessoal relativamente ao último estudo apresentado. Aquilo que V. Ex.^a chama diálogo nós chamamos monólogo de alguém que no exterior faz passar a imagem de atento e receptivo às sugestões mas que no isolamento do seu gabinete faz o que quer, quando e como quer.

E a população de Sta. Joana que continua a sofrer na pele com esta forma de gestão. Será necessariamente a Junta de Freguesia a sofrer as consequências desta e de outras clarificações que se seguirão relativas às prioridades e decisões de V. Ex.^a.

Mesmo assim fazemo-lo conscientes de que, apesar de sermos pessoas de bem e nunca em 19 anos de exercício termos necessitado de esclarecer a opinião pública através de este tipo de manifestações, chegámos a um ponto onde não adianta acreditar mais que as coisas vão mudar.

Nunca as Juntas de Freguesia foram tratadas da forma como V. Ex.^a o faz. A 3 meses do final do ano o apoio financeiro municipal negociado, complemento do fundo de fomento das freguesias, ainda se encontra por transferir. Como se isto por si só não fosse suficiente, as Juntas de Freguesia continuam a prestar serviços à CMA, nomeadamente nas limpezas das valetas e nos arranjos diversos que surgem nos edifícios públicos como é o caso das escolas, sem qualquer apoio financeiro para tal.

É facilmente calculável também que nem todas as freguesias terão razões de queixa da forma de governação de V. Ex.^a. Permita-me no entanto recorrer à sabedoria popular

referindo que “com o mal dos outros posso eu bem”. E por outro lado, também não será necessário nenhum exercício extraordinário de inteligência para perceber quais as poucas freguesias que se encontram desse lado da barricada.

Estamos fartos de obras no papel. E altura de dizer chega e exigir para a população que o elegeu os seus direitos e a concretização efectiva das obras que permitam o desenvolvimento sustentado das freguesias que há 8 anos estagnaram por força da sua forma de gestão. Mais diria, este ano, seria o ano das freguesias. Não o vejo Senhor Presidente!”

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS) – Apresentou na Mesa uma moção do seguinte teor:

“MOÇÃO – *A Assembleia Municipal de Aveiro repudia a intenção de introduzir portagens na A25 (IP5).”*

Vogal Rui Costa (PPD/PSD)

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

Vogal Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

c

Presidente de Mesa

“A Mesa admitiu a Moção, mas entende que não tem cabimento na alínea b), do ponto 1 do artigo 18º do Regimento, mas sim no ponto 5 do artigo 19º do Regimento, que se reporta ao Período da Ordem do Dia. Ou seja, considera-se que isto tem natureza de tema para discussão e votação. E para ser integrado na ordem dos trabalhos terá que ser deliberado nesse sentido por maioria de dois terços dos membros da Assembleia Municipal que reconheçam a urgência da deliberação.

Portanto, não será agora, mas no Período da Ordem do Dia que será abordado o tema.”

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

d

Presidente da Câmara

“Boa-noite a todos e gostava de começar justamente pelo ICI e pela inauguração. Também tive conhecimento esta manhã — e para manifestar o meu protesto e o meu descontentamento pela forma de proceder e pela opção que foi feita. Eu digo mesmo mais: eu acho que isto é uma desconsideração que é feita a Aveiro. Tenho feito um esforço esta tarde para encontrar um critério e não consigo. Um critério que explique porque é que a inauguração do troço do ICI que atravessa todo o distrito de Aveiro vai ser feito no distrito de Coimbra. Não consigo explicar!? Não consigo perceber, mas deve haver uma razão. É de facto uma desconsideração, uma deselegância, digamos. Não é grave, é uma deselegância que se faz ao distrito de Aveiro numa obra que tantos autarcas (como o Senhor Presidente da Junta lembrou) trabalharam para que pudesse ser um sucesso e que afinal como bem sabemos vai abrir sem acessos em Aveiro, sem acessos em Ílhavo, com problemas em Vagos — Mira não tenho essa informação, mas é lamentável que isso esteja a acontecer. Obviamente que nos congratulamos com a obra. Há muitos anos que devia estar feita, o que é pena é que o Poder Central não tenha encontrado os meios (no caso que nos preocupa directamente em Aveiro) para que o eixo estruturante pudesse estar

construído e para que o acesso sul pudesse também estar construído - o que levanta agora os problemas que o Senhor Armando Vieira equacionou: as pessoas saem do ICI e salvo o caso do Estádio, estão todos mal resolvidos os acessos ao ICI, com problemas de engarrafamento e desorientação das pessoas que podem acontecer. Portanto temos que continuar a lembrar o Governo que isto está por fazer e o acesso à auto-estrada está só por concluir há doze anos!? O eixo estruturante, o Ministro Marques Mendes, tornou a dizer que o estudo prévio estava a ser feito — já o ouvimos anunciar isto duas ou três vezes! A verdade é que a Câmara de Aveiro já tinha um ante-projecto pronto e entregue à tutela e continuamos à espera que ele seja concretizado — esperemos que este novo Ministro encontre meios financeiros para fazer uma obra que é fundamental para todos.

Bem e quanto às portagens também que não haja dúvidas, partilhamos (julgo eu todos) a mesma sensatez e a mesma exigência, julgo que não há aqui fundamentalistas anti-portagens ou a favor das portagens. As portagens farão algum sentido em certas circunstâncias. Quando não há alternativas não fazem sentido nenhum, é uma violência. E nos casos que nos preocupam, designadamente o IP5 e o ICI, parece-me claramente que seria um absurdo termos portagens do nó de Albergaria até à Barra ou até à saída espanhola — todos conhecemos as estradas da Beira, antigas, é impensável.

Sobre os acessos a São Jacinto. Eu agradeço à oposição que tenha lembrado este assunto, porque realmente em toda a costa litoral da Figueira ao Porto, São Jacinto neste momento deve ser a única praia que não tem um porto de abrigo para os pescadores, para a náutica de recreio de pequena dimensão. É um projecto que cada vez que tomamos a iniciativa de o desenvolver esbarra-se sempre com um obstáculo, com uma qualquer dificuldade, espero também que possam com as vossas críticas e iniciativas políticas contribuir para que este projecto se concretize. Sendo certo que aparentemente não é sequer falta de financiamento o que explica este impasse. Recordar-se-ão que a Câmara de Aveiro chegou a abrir concurso para este pequeno porto de abrigo e até agora não foi possível concretizá-lo por razões que todos os meses me surpreendem. E portanto julgo que ninguém aqui não quererá estar na luta e na reivindicação por este porto de abrigo em São Jacinto. E de facto, quando o Granjeia falou no placar, devia ser por isso mesmo, o placar está lá para lembrar o Governo todos os dias e para que todos se lembrem que é preciso pugnarmos por esse porto de abrigo.

Depois sobre a SIMRIA e a segurança na ria, bem eu acho que entre a SIMRIA e a APA tem que haver coordenação, como nós fazemos os possíveis para haver com a APA e com a SIMRIA e esperamos que cada entidade assuma as suas responsabilidades, é dificilmente compreensível que uma obra desta dimensão e desta sensibilidade possa pôr em causa a navegação e os relatos que aqui foram feitos são de facto preocupantes, eu não tinha conhecimento deles, serão certamente transmitidos à SIMRIA e à Administração do Porto de Aveiro. É uma gestão de alguma responsabilidade e que não pode dar azo a acidentes deste tipo.

O viaduto de Esgueira. Queria tranquilizar todos, as informações que temos é que não há problemas para a segurança. Foi um processo que infelizmente se atrasou. Há coisas neste país que não se explica muito bem e sem querer alijar responsabilidades, mas realmente este é um processo que se arrastou para todos os prazos razoáveis, não havia projecto deste viaduto. Foi no tempo do Engenheiro Edgar Cardoso, que desenhava os projectos em obra e enfim, e a verdade é que agora quando se foi à procura do projecto não há projecto e, portanto, houve alguma relutância, algum cuidado, fizeram-se “n” buscas por diferentes gabinetes para ver se se sabia o que lá estava em termos estruturais para perceber o que é que estava a acontecer. Esgotadas todas as possibilidades, ontem mesmo por coincidência estive em Aveiro uma equipa do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) com a empresa que nos está a assessorar nesta matéria, fizeram a análise e serão feitos testes de

carga e todos os testes necessários para que se decida qual o tipo de intervenção, sendo certo que a análise preliminar demonstra ou pelo menos foi-nos dito que não há risco de queda iminente e que provavelmente uma intervenção muito ligeira será suficiente e que a curvatura que se sente ali até certo ponto é normal. A estrutura está feita com cabos de aço que podem explicar esse fenómeno.

Sobre os arrumadores eu passaria a palavra à Dr.^a Marília na próxima reunião para explicar o programa com grande êxito tem vindo a ser feito e fico entristecido se se confirmar que há um acréscimo de arrumadores. Os primeiros resultados que tínhamos eram muito bons — não descurámos essa matéria, pelo contrário intervimos no terreno com bastante eficácia.

A Pateira de Requeixo. Já aqui foi quase tudo dito, mas de facto deixem-me lembrar também e sublinhá-lo, que justamente o Senhor Ministro José Sócrates quando era Ministro do Ambiente incumbiu a administração da SIMRIA de despoluir, do projecto de despoluição, e o tratamento integrado pela SIMRIA da Pateira de Requeixo — como o fez para a Barrinha de Esmoriz (Paramos). E que pelas dinâmicas políticas que se criaram (e financeiras evidentemente) a verdade é que os três ou quatro milhões de contos (para falar em contos) que eram necessários na altura para este projecto se volatilizaram e mais uma vez as “gentes da pateira” estão à espera que este projecto se concretize. É absolutamente fundamental e tem que ser um projecto integrado. Não podem, sem querer desvalorizar a importância que tem a Associação de Juntas de Freguesia, a Associação de Municípios da Ria e a SIMRIA, abandonarem esse projecto porque é um projecto que tem que ser integrado. Os jacintos não escolhem as fronteiras das freguesias ou dos municípios, o assoreamento também não, a poluição também não, e os meios financeiros envolvidos são muitos e muito importantes. É por isso também um projecto pelo qual Aveiro deve associar-se a Oliveira do Bairro e Águeda para ver se o Poder Central fica mais sensível às nossas necessidades.

Sobre a Empresa de Mobilidade eu hoje não vou aqui adiantar muito. Vamos ter um ponto específico sobre isso, mas uma vez que vieram aqui os trabalhadores e apesar de tudo foram feitas algumas considerações e eu queria dizer só o seguinte: neste processo a Câmara teve todo o cuidado em ouvir os trabalhadores desde o primeiro momento. Eu devo dizer que os trabalhadores tiveram acesso ao estudo económico mesmo antes de alguns Vereadores (tiveram essa oportunidade). Quisemos que eles acompanhassem tudo desde o início e fiquei, devo dizer, surpreendido com esta tomada de posição final que afinal se resume apenas a uma posição política de por princípio ser contra a criação de uma empresa municipal — por temerem o risco que ela venha a ser privatizada. Já que toda a nossa, quer a metodologia de concertação de diálogo, de explicação, quer as soluções de fundo que estão previstas em relação à situação da empresa, é de que os direitos dos trabalhadores não são postos em causa. Nem a lei o permite, nem é nossa intenção fazê-lo. E portanto julguei, devo dizer, que das reuniões que tivemos com os representantes dos trabalhadores as coisas tinham sido compreendidas, que tudo estava persuadido que é uma solução que pode ser interessante e útil para mantermos uma boa qualidade de serviço público e não o contrário como aqui de uma forma ligeira (tenho pena que eles não estejam cá) foi afirmado. Estamos a extinguir um serviço público!? É evidente que não. O serviço público continuará a ser oferecido através da empresa municipal e não está nos horizontes de ninguém (nunca estive), e é puro processo de intenções sem o menor fundamento dizer que queremos numa segunda fase privatizar os transportes públicos. Mas certamente teremos ocasião de voltar a esta matéria mais tarde.

A Polis. Aqui há uns tempos quando o Senhor Ministro José Luís Arnaut veio anunciar cortes na Polis eu de facto fiquei muito preocupado — eu e os outros Presidentes de Câmara que têm as Polis. Porque o anterior Governo poucas semanas antes tinha

concretizado um corte de 31% em todos os programas Polis e, portanto, eu creio que o Senhor Ministro José Luís Arnaut tornou a falar no assunto e a comunicação social interpretou de que haveria cortes suplementares. Neste momento a informação que temos da parte do Governo é que em relação a esses 31% que já foram cortados não haverá cortes suplementares. E a questão não se põe tanto nos termos de saber para onde é que foi essa verba. A questão põe-se é que não há verba. Não há lá verba para os compromissos que estão assumidos pelas sociedades Polis.

De resto a verba que referiu está correcta. Nós temos neste momento previstos cerca de dezasseis milhões de euros, o que nos garante a prossecução de todas as obras em curso, daquelas que estão concursadas, daquelas em que há compromissos. E outra coisa que o Senhor Ministro Arnaut disse e que em Aveiro não era novidade (existe essa previsão desde o início) é a possibilidade de haver parcerias com os privados no âmbito da Polis. No programa Polis de Aveiro, que os Senhores Deputados bem conhecem, isso está previsto desde o primeiro momento.

Só queria sublinhar no caso de Aveiro, como sabem, há parcerias privadas que estão previstas que podem permitir para além destes dezasseis milhões de euros o programa de Aveiro não fique tão prejudicado como outras vão ficar por força deste corte de 31%. E portanto, é nessa expectativa que nós continuamos a manter algum optimismo não obstante as dificuldades económicas que o país está a atravessar.

Sobre a pista de remo. Houve aí uma troca de cumprimentos entre o Presidente da Câmara de Aveiro e o Senhor Secretário de Estado do Desporto a propósito da pista de remo, que não foi mais do que isso. O Senhor Secretário de Estado fez um comentário a propósito de já haver uma pista de remo em Montemor e os recursos públicos serem escassos. E eu como acho que nesta matéria não podemos deixar passar nunca a ideia de que a pista de Aveiro pode ser prejudicada pelo facto de existir uma outra. Reagi imediatamente e penso que o Senhor Secretário de Estado entendeu a razão da minha reacção. Nós reformulámos o projecto e espero não me enganar que na próxima sessão pública de reunião de Câmara podermos abrir o concurso com o projecto já reformulado. E penso que era o Senhor Presidente da Assembleia que dizia, eu gostava de lembrar todos, que o projecto da pista já arrancou. O Senhor Presidente de Cacia lembrou bem a Ponte do Outeiro. Era uma obra que estava prevista no complexo da pista e que está praticamente pronta. É uma obra fundamental que vai permitir a ligação entre as duas margens — estamos a substituir-nos ao Governo para permitir que as populações tenham acesso às terras que cultivam e portanto podemos dizer que a pista já começou faseadamente. É evidente que falta agora garantir o financiamento para tudo o resto.

Avenida de Santa Joana. Eu ouvi o que o Senhor Presidente da Junta disse e eu tenho muita pena de ter ouvido. Deixe-me dizer que infelizmente não me surpreendeu nada porque confirmou o estilo que tem adoptado nos últimos tempos: de má-língua, de imprecisões, de falta de rigor, de omissões, de insultos. Eu já sabia Senhor Presidente que não tinha visão estratégica, que não tinha visão de planeamento. Prefere fazer uma avenida às curvas do que uma avenida direita e considera que isso é bom, porque não tem a frontalidade e a hombridade de dizer isso aos munícipes com quem tem que lidar — quando a mim o diz.

Eu já sabia isso tudo e é triste que venha para aqui dizer isso para a Assembleia Municipal explorando a boa fé e a preocupação das pessoas que têm as suas casas em linha de colisão com a avenida, sabendo todos os antecedentes deste processo. Se há processo mais debatido publicamente, mais discutido, em que o Presidente da Câmara ouviu tudo e explicou tudo, foi as vezes todas e mais algumas à Freguesia falar com todas as pessoas. Começámos a primeira reunião, como o Senhor Presidente se recordará e alguns aqui dos presentes, com mais de quinhentas pessoas na sala muito exaltadas — a última teve quinze pessoas. Justamente as quinze pessoas que ali moram, ou nas proximidades, e que querem

saber o seu futuro e têm eu diria esta atitude que, enfim, esta atitude que eu não o vou insultar, não vou retribuir-lhe a baixeza do que disse, porque poderia ser muito desagradável.

Senhor Prof. Manuel António Coimbra, deixe-me dizer que eu já não esperava grande coisa em nível de planeamento, de visão estratégica e de futuro, do Senhor Presidente da Junta, a si é que me desiludiu um bocadinho. Porque realmente ouvir o Senhor Prof. Manuel Coimbra dizer que aquela avenida não é necessária para Santa Joana... eu como sei que o Senhor Prof. Manuel Coimbra não estava a fazer uma afirmação com desonestidade intelectual, tenho que ficar muito triste pela sua curteza de vistas em termos de planeamentos estratégico e planeamento do desenvolvimento da cidade. É uma pena! Porque eu contava Senhor Professor Manuel Coimbra, que pessoas à esquerda, à direita, ao centro, atrás e à frente, conseguissem ter visão de planeamento necessária para lançar as avenidas que temos que lançar para o futuro de Aveiro.

Esta avenida e outras que temos na forja não devem ser, digamos, bombardeadas por pequenas oposições de circunstância. Nós temos que ter uma visão de futuro. Evidentemente que todos conhecemos Santa Joana, o Senhor Presidente da Junta é Presidente da Junta há dezanove anos, como quis lembrar, e não lhe fica muito bem gabar-se do planeamento que tem na Freguesia — é o pior de todos! É a Freguesia mais confusa do concelho de Aveiro. Não é a minha opinião, é a opinião dos técnicos e de qualquer leigo, de qualquer município que circule naquela Freguesia. Mas toda a gente sabe que é assim e devia haver alguma humildade política nesta matéria e humildade de cidadania porque a Câmara que tem responsabilidades em matéria de planeamento não abdica delas e esta Assembleia também não.

Há um momento para pensar, para reflectir, para dialogar e há um momento para decidir. A Câmara não abdica das suas responsabilidades. Não é por causa das preocupações legítimas e compreensíveis, eu se estivesse no lugar daqueles senhores que estão ali e com quem já conversei muitas vezes e que me dizem que a minha casa vai ter que ser demolida um dia obviamente eu estaria preocupado. Isso é um plano, agora cavalgar e capitalizar em cima da preocupação dessas pessoas para fazer pequena política e com isso prejudicar objectivamente o interesse da Freguesia e do município... são opiniões, cada um fica com as suas opiniões, cada um tem que assumir as suas responsabilidades. O Presidente da Câmara de Aveiro e este Executivo, que votou por unanimidade, não é nenhuma atitude de arrogância, de posso, quero e mando. Isto foi apreciado, discutido, amadurecido, votou por unanimidade, este Executivo não quer ficar para a história como o Executivo que fez uma avenida às curvas em Santa Joana só porque não teve a capacidade para resolver os problemas com as treze pessoas que estão afectadas.

Eu queria recordar, para quem não se lembra do projecto, que esta avenida pode avançar oitocentos metros só com a demolição de duas casas. Oitocentos metros é quase a Avenida Lourenço Peixinho, quase, e a partir daí ela segue em duas faixas até ao largo da igreja com tempo, com serenidade, dando oportunidade às pessoas e à Câmara de negociar as casas que estão em causa, de reorganizarem a sua vida, sem nenhum drama. Isto foi tudo explicado à exaustão. E há gente que está neste processo com outros intuitos que não são sérios e eu só lamento que as pessoas vêm as suas casas envolvidas neste processo, estejam a ser manipuladas e utilizadas nesta “guerrinha” da avenida, que é uma vergonha, que deslustra quem a faz e que todos sabemos que são fundamentais para o desenvolvimento de todo o município. Não é apenas da Freguesia é de todo o município.

E portanto eu sobre a avenida não quero dizer mais nada. Obviamente que a avenida consta do plano de urbanização. Quem conhece os documentos sabe que ela está lá, a Câmara tem competência para a fazer, independentemente da aprovação de qualquer Plano, mas eu garanto-vos que da minha experiência destes anos na Câmara, não houve

nenhum projecto tão discutido, tão participado como este. É claro que há um tempo para ouvir, para auscultar as opiniões, para as estrear com os técnicos e para tomar decisões. Nós fizemos tudo isso e não abdicamos das nossas responsabilidades. Depois seremos censurados por isso ou aplaudidos e eu estou certo que no futuro uma vez a avenida construída enfim, que o futuro nos dará razão por termos tido a força de lutar por um projecto em que acreditámos e em que todos os técnicos e os cidadãos também percebem que é um bom projecto.

Finalmente, sobre a Unidade de Saúde de Santa Joana. O Senhor Presidente da Junta devia ter vergonha. Devia ter vergonha daquilo que veio aqui dizer. O meu receio é que ele chega a casa à noite e não vai ter vergonha. Isso é que eu tenho mais pena ainda. Devia ter vergonha do que aqui veio aqui dizer. O Senhor Presidente da Junta está farto de saber e acompanhou o processo a par e passo — e acompanhou-o demais! O Senhor Presidente da Junta não é dono da obra; foi visitar a obra sem avisar a Câmara; anda a falar com o empreiteiro sem avisar a Câmara, sem legitimidade para o fazer; e eu ainda não percebi se foram essas conversas que fizeram com que o empreiteiro que tem as facturas em dia abandone a obra!? Eu ainda não percebi o que é o Senhor Presidente da Junta andou a dizer ao empreiteiro que faz com que o empreiteiro que tem as facturas pagas (que ele próprio reconhece) abandone esta obra.

Os Senhores Deputados lembrar-se-ão que este projecto, a Câmara abriu concurso e perante as propostas que ultrapassavam em mais de 25% o estipulado na base (recordo-me bem) que decidimos em nome do interesse público continuar com a adjudicação. Em nome do interesse público para que não se atrasasse a construção da Unidade de Saúde. Bom, o Tribunal de Contas (e por isso é que este é um país engraçado em que vale a pena lutarmos por algumas coisas e corrigirmos outras) em nome da defesa do interesse público, chumbou o visto com esta preocupação que não fossem ultrapassados os 25% devolveu o processo de conclusão para defender o interesse público. O Tribunal de Contas atrasou esta obra mais dois anos e portanto o interesse público das populações, que neste caso devia ter sido obviamente aferido no sentido de que a obra prosseguisse apesar de ter ultrapassado os 25% foi mal avaliada pelo Tribunal de Contas, mas tudo bem, até aí respeitámos. Abrimos de novo concurso — e como o Senhor Presidente da Junta sabe e disse aos jornais que não sabia e insinuou que a Câmara não tinha interesse em fazer a obra — afirmou, demorámos os tais nove meses para que o Tribunal de Contas concedesse o segundo visto, e por causa disso porque gostamos de fazer as coisas na legalidade, não pudemos consignar a obra (e o empreiteiro também sabe isso). Bom esta obra depois tem um protocolo como sabem com a ARS com a Sub-região de Saúde, nos termos do qual a ARS financia com trezentos e cinquenta mil euros a obra e em concertação com o Dr. Paulo Maia, e bem, como é uma obra que tinha essa verba inscrita em PIDDAC e para que não fugisse este ano combinou-se (até porque a Câmara tinha financiado a obra toda até ela parar) que as tranches seguintes seriam as da ARS para que a verba em PIDDAC não se perdesse — porque era esse também o risco e assim começou a ser feito. Houve qualquer atraso e eu não estou a dizer o contrário. Agora o que é estranho, o que é surpreendente, é que nestas condições, com uma obra que está paga, que está em dia e está em dia em quatro meses, quer dizer o empreiteiro queixa-se que não pagámos a trinta ou sessenta dias, mas a ARS pagou a cento e vinte dias. E porque houve as férias pelo meio o empreiteiro vem para os jornais confirmar isso. O Senhor Presidente da Junta disse o que disse, que eu não comento mais. E portanto, eu acho isto muito estranho, espero que prevaleça o bom-senso. Ouvi dizer que há outros motivos de ordem pessoal que fazem com que o empreiteiro não queira continuar com esta obra e se for assim temos muita pena, mas o que eu não posso certamente admitir sem uma grande revolta e sem tudo isto, enfim, me parecer muito tristonho, é ouvir dizer que a Câmara não quer fazer a Unidade de Saúde,

que o empreiteiro abandonou a obra por falta de pagamentos, como se tivesse um ano de atraso nos pagamentos e como se nós fossemos de facto displicentes nesta matéria.

Foi o contrário, foi um projecto que de facto, parece que anda com má sina, mas em que a Câmara tem feito tudo para que ele ande depressa. Não me parece que as declarações do Senhor Presidente da Junta facilitem o arranque mais rápido da obra e que permitam para informar melhor as populações do que se está a passar.

Sobre o Manuel Firmino, finalmente. Gostava só de dizer e dar a boa notícia que a obra vai começar na próxima semana e o prazo de execução são onze meses. Temos todas as expectativas para que seja concluída dentro do prazo e o projecto é conhecido. As pessoas vão reencontrar a memória que tinham do Mercado e vão com novas possibilidades, penso que será um mercado grande, com sucesso, como tem sido por essa Europa fora os mercados tradicionais nos centros históricos.”

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Setembro informando que a próxima reunião será no dia 06 de Outubro (4.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 30 de Setembro de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)